

## Moneo

## Banco Moneo S.A.

CNPJ: 07.441.209/0001-30 - NIRE 43 3 0004531-5

## Demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Saldos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Relatório da Administração: Senhores Acionistas,** Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações dos resultados abrangentes, relativas ao semestre e exercício findos nessa data. **Ações Sociais:** O Banco Moneo S.A. ("Banco") colabora mensalmente com a Lei de Incentivo à Cultura do Município de Caxias do Sul através de doação de parte do ISSQN devido. Contribui também com a Fundação Marcopolo entidade que possui como missão potencializar ações sustentáveis de educação, desenvolvimento social e qualidade de vida das comunidades onde se faz presente. **Principais fatos administrativos: Desempenho:** O Banco gerou no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 150.819 (R\$ 105.874 em 31 de dezembro de 2022) de Receitas de Intermediação Financeira e encerrou o exercício com resultado líquido de R\$ 30.940, 62% superior ao do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foi de R\$ 19.138. **Operações de Crédito e Outros Créditos:** a carteira de crédito atingiu ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 987.460 (R\$ 735.353 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$ 918.469 (R\$ 695.494 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a operações de crédito e R\$ 68.991 (R\$ 39.859 em 31 de dezembro de 2022) a outros créditos. **Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos:** O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos, após efetuadas as deduções legais e a constituição de reservas legais, sendo o saldo remanescente podendo ser 100% destinado a Reserva de Lucros - Estatutária. **Contratação de Auditoria Independente:** O Banco faz parte do Grupo Marcopolo, que possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. O Grupo Marcopolo contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., e as informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizados anualmente, de forma consolidada, no formulário de referência da Marcopolo.

Caxias do Sul, 23 de fevereiro de 2024

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		<b>463.294</b>	<b>373.809</b>
Disponibilidades	4	166	11
Instrumentos financeiros		403.292	350.141
Aplicações em operações compromissadas - LTN		49.401	56.495
Operações de crédito	5.a.1	353.891	293.646
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de crédito		(11.255)	(12.307)
Operações de crédito	5.e	(11.255)	(12.307)
Outros ativos		71.091	35.964
Títulos e créditos a receber	5.a.2	63.638	31.766
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de crédito	5.e	(856)	(677)
Outros créditos diversos	6	6.523	2.669
Bens não de uso próprio	7	1.786	2.006
<b>Não circulante</b>		<b>576.478</b>	<b>421.327</b>
Instrumentos financeiros		564.578	401.848
Operações de crédito	5.a.1	564.578	401.848
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de crédito		(11.016)	(12.701)
Operações de crédito	5.e	(11.016)	(12.701)
Ativo fiscal diferido		16.101	22.794
IR e CS diferidos	14.b	16.101	22.794
Outros ativos		5.290	7.713
Títulos e créditos a receber	5.a.2	5.352	8.093
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de crédito	5.e	(62)	(380)
Investimentos		115	103
Cota Fundo Garantidor para Investimentos - FGI		115	103
Imobilizado de uso		483	329
Imobilizado de uso		1.272	1.102
Depreciações acumuladas		(789)	(773)
Intangível		925	1.241
Intangível		3.173	3.164
Amortizações acumuladas		(2.248)	(1.923)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.039.770</b>	<b>795.136</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O Banco Moneo S.A. ("Banco") com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de Banco Múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras de "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º/01/2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passou a vigorar em 1º/01/2022, onde foi objeto de avaliação e análise por parte do Banco para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos, não gerando impactos significativos nesta Demonstração Financeira. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 20/02/2024. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS:**

**a. Alterações em práticas contábeis:** Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Apuração de resultados:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculado a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**d. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos que estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**e. Instrumentos financeiros:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8/11/2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(a) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(b) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **f. Investimentos:** Os investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização. **g. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a

partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado.

**i. IR pessoa jurídica (IRPJ) e CS sobre o lucro líquido (CSLL):** A provisão para IR e CS constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240. A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022 nos termos da MP 1.115/2022. Impostos Diferidos: Os créditos tributários de IR e CS sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **j. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **(a) Ativos contingentes** - São reconhecidos somente quando efetivamente ganhos ou quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **(b) Passivos contingentes** - São reconhecidos por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

**k. Captações:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerado, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado. **l. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata" dia) e provisões para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia).

**m. Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados revisados podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco reavisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **n. Resultados recorrentes/não recorrentes:** A resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ao esteja incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regimento, a administração do Banco considera que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 14.782 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor de caixa e equivalentes de caixa era composto como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas/posição bancada	166	11
Disponibilidades	49.401	56.495
Letra do Tesouro Nacional - LTN	49.401	56.495
<b>Total</b>	<b>49.567</b>	<b>56.506</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
	150.000	10.035	67.140	-	227.175
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Lucro líquido do semestre	-	-	-	19.138	19.138
Destinações:					
Dividendos propostos	13.c	-	-	(4.545)	(4.545)
Reservas de lucros		957	13.636	(14.593)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>150.000</b>	<b>10.992</b>	<b>80.776</b>	<b>241.768</b>
<b>Varição do exercício</b>		<b>-</b>	<b>957</b>	<b>13.636</b>	<b>14.593</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>150.000</b>	<b>10.992</b>	<b>80.776</b>	<b>241.768</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.939	30.939
Destinações:					
Dividendos propostos	13.c	-	7.348	(7.348)	-
Reservas de lucros		1.547	22.044	(23.591)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>150.000</b>	<b>12.539</b>	<b>110.168</b>	<b>272.706</b>
<b>Varição do exercício</b>		<b>-</b>	<b>1.547</b>	<b>29.392</b>	<b>30.939</b>
<b>Em 30 de junho de 2023</b>		<b>150.000</b>	<b>11.799</b>	<b>96.126</b>	<b>257.925</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	14.782	14.782
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Destinações:					
Dividendos propostos	13.c	-	7.348	(7.348)	-
Reservas de lucros		739	6.695	(7.434)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>150.000</b>	<b>12.538</b>	<b>110.169</b>	<b>272.707</b>
<b>Varição do semestre</b>		<b>-</b>	<b>739</b>	<b>14.043</b>	<b>14.782</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados - Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>82.358</b>	<b>150.819</b>	<b>105.874</b>
Operações de crédito	77.864	141.615	100.743
Resultado de operações com TVM	4.494	9.204	5.131
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(42.847)</b>	<b>(74.488)</b>	<b>(53.936)</b>
Operações de captação no mercado	(2.198)	(4.449)	(4.707)
Operações de empréstimos e repasses	(38.663)	(69.147)	(44.533)
Prov. p/perd. Esp. assoc. ao risco de cred.	5.f	(1.986)	(4.696)
<b>Resultado bruto da inter. financeira</b>	<b>39.511</b>	<b>76.331</b>	<b>51.938</b>
<b>Outras receitas (desp.) operacionais</b>	<b>(14.723)</b>	<b>(26.408)</b>	<b>(21.831)</b>
Rendas de tarifas bancárias	659	1.464	1.030
Despesas de pessoal	(8.628)	(15.984)	(11.756)
Outras despesas administrativas	15	(3.713)	(6.345)
Despesas tributárias	16	(1.803)	(2.585)
Outras receitas (desp.) operac.	17	(1.238)	(2.175)
<b>Resultado operacional</b>	<b>24.788</b>	<b>49.923</b>	<b>30.107</b>
<b>Outras receitas/despesas</b>	<b>18</b>	<b>2.051</b>	<b>4.065</b>
<b>Result. antes da trib. s/lucro</b>	<b>26.839</b>	<b>56.236</b>	<b>34.172</b>
<b>IR e CS</b>	<b>(12.057)</b>	<b>(25.296)</b>	<b>(15.034)</b>
Corrente	14.a	(9.842)	(8.831)
Diferido	14.a	(2.215)	(6.203)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>14.782</b>	<b>30.940</b>	<b>19.138</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício por ação - R\$</b>	<b>0,099</b>	<b>0,206</b>	<b>0,128</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>Resultado do semestre/exercício</b>	<b>14.782</b>	<b>30.940</b>	<b>19.138</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Result. abrang. semestre/exercício</b>	<b>14.782</b>	<b>30.940</b>	<b>19.138</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

O valor aplicado refere-se a operações compromissadas com lastro em LTN, cujo resgate ocorre no dia subsequente e possui remuneração média de 95% do DI. **5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO:** As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finance Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

## a. COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR MODALIDADE:

Operações de Crédito	31/12/2023		31/12/2022	
	Empréstimos	Compror	Empréstimos	Compror
Títulos descontados	69.547	101.925	13.445	13.628
Compror	6.818	6.461	6.818	6.461
Financiamentos	828.659	573.480	918.469	695.494
<b>Total</b>	<b>918.469</b>	<b>695.494</b>	<b>918.469</b>	<b>695.494</b>
Circulante	353.891	293.646	353.891	293.646
Realizável a longo prazo	564.578	401.848	564.578	401.848
<b>Total</b>	<b>918.469</b>	<b>695.494</b>	<b>918.469</b>	<b>695.494</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(11.255)	(12.307)	(11.255)	(12.307)
Realizável a longo prazo	(11.016)	(12.701)	(11.016)	(12.701)
<b>Total</b>	<b>(22.271)</b>	<b>(25.008)</b>	<b>(22.271)</b>	<b>(25.008)</b>

## b. CONCENTRAÇÃO DOS MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO\*:

Concentração das operações de crédito e de outros créditos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Operação de crédito	31/12/2023		31/12/2022	
	Outros créditos	Total	Outros créditos	Total
10 maiores devedores	66.676	48.328	115.004	11.665
50 seguintes maiores devedores	221.898	-	221.898	22.47
100 seguintes maiores devedores	234.970	-	234.970	23,80
Demais devedores	394.925	20.663	415.588	42,

→ continuação

**f. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS:**

	2º semestre	
	2023	31/12/2023
<b>f.1 Operações de crédito:</b>		
Saldo inicial	(20.283)	(25.008)
Constituição (líquida de reversão)	(2.017)	(1.019)
Baixas	66	3.793
<b>Saldo final</b>	<b>(22.234)</b>	<b>(22.234)</b>
<b>f.2 Outros Créditos</b>	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>
Saldo inicial	(986)	(1.082)
Constituição (líquida de reversão)	31	127
Baixas	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(955)</b>	<b>(955)</b>

	2º semestre	
	2023	31/12/2023
<b>f.2 Total</b>	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>
Saldo inicial	(21.269)	(26.090)
Constituição (líquida de reversão)	(1.986)	(892)
Baixas	66	3.793
<b>Saldo final</b>	<b>(23.189)</b>	<b>(23.189)</b>

**g. REENGAJOS E RECUPERAÇÕES:** Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R\$ 19.531 (R\$ 41.676 em 31 de dezembro de 2022), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 3.793 (R\$ 8.744 em 31 de dezembro de 2022) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R\$ 8.215 (R\$ 3.550 em 31 de dezembro de 2022). A carteira de renegociação com capital próprio em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 36.294, e apresenta 29,93% (R\$ 53.223 - 21,80% em dezembro de 2022) de provisionamento. **g.1** As renegociações englobadas pela circular SUP/ADIG nº 12/2020-BNDES de 28.03.2020, tratadas como BNDES Renegociação Emergencial estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Renegociações emergenciais</b>		
Valor em carteira	35.872	100.770
% da carteira total	3,63%	13,70%
% da carteira com recursos do BNDES de provisionamento	5,18%	19,94%
	2,43%	2,84%

**6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS:**

	31/12/2023	31/12/2022
Convênios a receber (a)	5.760	1.650
Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas	229	204
Adiantamento e antecipações salariais	510	450
Antecipação IRPJ/CSLL não comp. no próprio exercício	13	4
Outros créditos	11	361
<b>Total - Circulante</b>	<b>6.523</b>	<b>2.669</b>

**a. CONVÊNIO A RECEBER:** Valores a receber de cobrança bancária de clientes a compensar em D+1. **7. OUTROS VALORES E BENS: a. OS SALDOS DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO SÃO CONFORME SEGUE:**

	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	6.327	7.289
Prov. p/perdas em imóveis registrados bens não de uso	(5.607)	(6.044)
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	1.261	6.410
Prov. p/perdas em veic. reg. em bens não de uso	(212)	(5.449)
<b>Total</b>	<b>1.769</b>	<b>2.206</b>

**b. A MOVIMENTAÇÃO REFERENTE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO É CONFORME SEGUE:**

	2º Semestre de 2023	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Anterior	2.026	2.206
Retomada no período	1.346	3.712
Valor de vendas no período (Constituição)/reversão provisão bens não de uso	(2.884)	(8.595)
	(335)	(1.229)
Resultado líquido das vendas dos bens não de uso	1.616	5.675
<b>Saldo atual</b>	<b>1.769</b>	<b>2.206</b>

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Os laudos dos imóveis foram atualizados ao final do ano de 2023 não sendo necessário realizar novas provisões. **8. DEPÓSITOS:** Os depósitos estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>35.884</b>	<b>32.815</b>
Até 3 meses	225	5.043
De 3 a 12 meses	5.043	30.616
Acima de 12 meses	30.616	35.884
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>5.043</b>

Os depósitos a prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros pré-fixada de 11,67% (12,76% em dezembro de 2022) com vencimentos até o ano de 2024 (até 2023 em 31 de dezembro de 2022); e pós-fixada de 12,14% (14,31% em 31 de dezembro de 2022) com vencimentos até o ano de 2026 (até 2026 em 31 de dezembro de 2022).

**9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS**

	31/12/2023		31/12/2022	
Produto	Indexador	Taxa anual	Prazo final	Valor
<b>FINAME</b>	PRÉ		Até 1 ano	197.086
			Entre 1 e 3 anos	287.259
			Acima de 3 anos	129.558
	<b>PRÉ Total</b>	<b>12,04%</b>		<b>613.903</b>
	<b>PÓS IPCA</b>		Até 1 ano	4.236
			Entre 1 e 3 anos	2.694
			Acima de 3 anos	556
	<b>PÓS IPCA Total</b>	<b>1,30%</b>		<b>7.486</b>
	<b>PÓS Selic</b>		Até 1 ano	22.032
			Entre 1 e 3 anos	32.492
			Acima de 3 anos	17.289
	<b>PÓS Selic Total</b>	<b>1,38%</b>		<b>71.813</b>
	<b>PÓS TJLP</b>		Até 1 ano	-
			Entre 1 e 3 anos	-
	<b>PÓS TJLP Total</b>			<b>1.236</b>
<b>FINAME Total</b>				<b>693.202</b>
<b>Progeren</b>	PRÉ		Até 1 ano	9.744
			Entre 1 e 3 anos	3.753
			Acima de 3 anos	-
	<b>PRÉ Total</b>	<b>8,30%</b>		<b>13.497</b>
<b>Progeren Total</b>				<b>13.497</b>
<b>Total geral</b>				<b>706.699</b>

Circulante 233.098 181.072  
Realizável a longo prazo 473.601 321.448  
**Total** 706.699 502.520

**10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS:**

	31/12/2023	31/12/2022
IR	7.303	2.395
CS	6.446	2.362
Impostos sobre folha de pagto	748	577
ISSQN/PIS/COFINS	310	256
Impostos retidos de terceiros	28	12
<b>Total - Circulante</b>	<b>14.835</b>	<b>5.602</b>

**11. OUTRAS OBRIGAÇÕES:**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para pagamentos a efetuar	6.160	4.432
Rendas antecipadas (a)	467	959
Outras (b)	320	603
Operações de crédito a liberar (c)	239	33
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (nota 5.d)	-	25
	<b>7.186</b>	<b>6.052</b>
Circulante	7.186	6.052
Exigível a longo prazo	-	-

**a)** O valor de rendas antecipadas refere-se ao valor das rendas das operações de Intervenção recebido na contratação das operações a ser apropriado durante o prazo do contrato. **b)** O valor em "outras" refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada. **c)** As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de desembolso a clientes, no prazo médio de três dias. **12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado no "Exigível a Longo Prazo". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A.

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos contingentes - processos cíveis (a)	1.235	673
Passivos contingentes - processos trabalhistas (b)	1.165	1.068
	2.400	1.741

**a. A MOVIMENTAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES CÍVEIS É CONFORME SEGUE:**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	673	506
Provisões cíveis no período	562	171
(-) Reversão de provisões cíveis no período	-	(4)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.235</b>	<b>673</b>

**b. A MOVIMENTAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES TRABALHISTAS É CONFORME SEGUE:**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.106	1.035
Provisões trabalhistas no período	100	36
(-) Reversão de prov. trabalhistas no período	(41)	(3)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.165</b>	<b>1.068</b>

**a. PROCESSOS CÍVEIS** - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totaliza o montante de R\$ 611 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2022) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 5 ações em 2023 e 8 ações em 2022. **b. PROCESSOS TRABALHISTAS** - trata-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos de empresa terceirizada contratada, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. O valor de contingências possíveis não provisionada totaliza o montante de R\$ 58 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2022), referente reclamação trabalhista composta por 1 ação em 2023. **c. CRONOGRAMA DE ESTIMATIVA DE DESEMBOLSO DE PROVISÕES:**

	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos (a)	1.235	1.165
<b>Total</b>	<b>1.235</b>	<b>1.165</b>

**a.** Diante da imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, aliado à possibilidade de alteração na jurisdição dos tribunais, os valores e o cronograma de desembolso apresentados podem sofrer variações. **13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) Capital social: O capital social do Banco, subscrito e integralizado, é de R\$ 150.000 (R\$ 150.000 em 2022), e está representado por 150.000 (em 2022 total de 150.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. b) Reservas de lucro: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 102.821 (R\$ 80.776 em 2022) corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. c) Dividendos: Conforme Art. 27 do estatuto do Banco é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2023, foram pagos dividendos no montante de R\$ 4.545 referente ao ano de 2022 (em 31 de março de 2022, foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.621 referente ao ano de 2021).

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	30.940	19.138
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(1.547)	(957)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	29.393	18.181
Dividendos propostos	7.348	4.545

**14. IR E CS: a. IR E CS CORRENTES:** Conciliação do resultado de IR pessoa jurídica e CS sobre o lucro do semestre e exercício:

	2º semestre	
	2023	31/12/2023
Resultado antes da tributação	26.839	56.236
IR e CS às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(12.078)	(25.306)
Base de Cálculo CS Agosto a Dezembro 21%	-	(13)
Adições permanentes no imposto corrente	(494)	(635)
Benefícios fiscais Vale cultura, Programa de Alimentação ao Trabalhador e doações	503	621
Benefícios fiscais Lei do Bem 2022	-	162
Benefícios fiscais Lançamentos extemporâneos 2021	-	155
Adicional 10% IR	12	24
IR e CS no resultado	(12.057)	(25.296)
IR corrente	(5.433)	(10.242)
CS corrente	(4.409)	(8.361)
IR diferido	(1.112)	(3.662)
CS diferido	(1.103)	(3.031)
	(12.057)	(25.296)

**b. IR E CS DIFERIDOS:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias		
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de cré. (nota 5.e)	23.189	26.089
Créditos baixados para prejuízo	4.372	11.328
Provisão para contingências	2.400	1.741
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	5.819	11.494
<b>Base de cálculo para IR</b>	<b>35.780</b>	<b>50.652</b>
Provisão gratificação Administração (só para CS)	-	-
<b>Base de cálculo para CS</b>	<b>35.780</b>	<b>50.652</b>
Impostos diferidos - IR	8.945	12.663
Impostos diferidos - CS	7.156	10.131
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>16.101</b>	<b>22.794</b>
Real. a LP (classificado em "Outros créditos")	16.101	22.794
<b>Ativo fiscal diferido total</b>	<b>16.101</b>	<b>22.794</b>

**c. MOVIMENTAÇÃO:**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	22.793	28.996
Crédito tributário líquido constituído	12.876	8.457
Crédito tributário líquido realizado	(19.568)	(14.659)
<b>Saldo atual</b>	<b>16.101</b>	<b>22.794</b>

**d. EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:** Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
Período	2024	2025	2026	2028
	5.640	10.881		
	2.172	5.989		
	8.287	5.809		
	2	115		
	<b>16.101</b>	<b>22.794</b>		

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2023, calculado com base na taxa média de captação de 11,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 13.885 (R\$ 19.869 em 31 de dezembro de 2022 à taxa de 13,65% a.a.). **e. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO REGISTRADOS:** O Banco não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:**

	2º semestre	
	2023	31/12/2023
Despesas de processamento de dados	934	1.690
Despesas de viagem no país	640	1.187
Despesas de serviços do sistema financeiro	565	1.092
Despesas de contribuições filantrópicas	378	396
Despesas de serviços técnicos especializados	263	567
Depreciações e amortizações	230	459
Registros de Contratos - DETRANS	221	433
Despesas com localização e funcionamento	148	328

	2º semestre	
	2023	31/12/2023
Outras	167	215
Despesas de propaganda e publicidade	103	172
Custas jud. e cartorárias de bens retomados	64	121
<b>Total</b>	<b>3.713</b>	<b>6.660</b>

**16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS:**

	2º semestre	
	Aliquota	31/12/2023
Contribuição p/o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.518
Prog. de integração social (PIS)	0,65%	247
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	33
Outras despesas tributárias	-	5
<b>Total</b>		<b>1.803</b>

**17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:**

	2º semestre	
	de 2023	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas	95	303
Reversão prov. operac. c/ veículos apreendidos	-	-
Reversão prov. p/conting. fiscais e trab.	41	113
Desp. c/veic. apreendidos (bens não de uso)	(578)	(1.145)
Despesas com perdas ações judiciais	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A.						
-★ continuação						
impactos em seu resultado, através dos 3 cenários elencados abaixo. <b>Cenário 1 Otimista:</b> considerando uma melhora de produção de 10%, elevação da qualidade de crédito em 10% (PCLD menor), redução nas taxas de captação em 10%; <b>Cenário 2 Pessimista I:</b> considerando uma piora de produção de 10%, piora na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 10%; <b>Cenário 3 Pessimista II:</b> considerando uma piora de produção de 20%, piora na qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 20%.						
	Efeito Bruto no Resultado 2023			Efeito Líquido no Resultado 2023		
	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II
<b>Produção</b>	15.238	(15.238)	(30.477)	8.381	(8.381)	(16.762)
<b>Qualidade do Crédito - PCLD</b>	561	(561)	(1.122)	309	(309)	(617)
<b>Captações</b>	5.080	(5.080)	(10.159)	2.794	(2.794)	(5.587)
<b>Produção</b>						
<b>Qualidade do Crédito - PCLD</b>						
<b>Captações</b>						
<b>23. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS:</b> Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.						
<b>Conselho de Administração</b>			<b>Diretoria</b>			<b>Contadora</b>
Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho José Antonio Valiati - Conselheiro Paulo Cezar da Silva Nunes - Conselheiro			José Antonio Valiati - Diretor administrativo financeiro e riscos Rodrigo Tolotti - Diretor de crédito e cobrança Eraldo Paim de Araújo - Diretor comercial			Claudia Spiller CRC/RS 80.406/0-4
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>						
Aos Administradores e Acionistas do Banco Moneo S.A. - <i>Caxias do Sul/RS</i> . <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relató-						
tório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas						
divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2024. <b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b> - CRC 2SP-014428/0-6. <b>Fernando Antonio Rodrigues Alfredo</b> - Contador - CRC 1SP-252419/0-0.						



**PÁGINA  
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)